

A PROFISSIONALIDADE E A PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTES NO DISCURSO MIDIÁTICO ESCRITO

BITES, Rosilene de Souza Carvalho (PPGE/FE/UFG)

rosilenebites@yahoo.com

SOUZA, Ruth Cerqueira Ribeiro de (PPGE/FE/UFG) (orient.)

ruthcatarina@gmail.com

Palavras-chave: formação de professores; profissionalidade e profissionalização docentes.

Este texto apresenta parte da pesquisa intitulada “A profissionalidade e a profissionalização docentes no discurso midiático escrito” em desenvolvimento, e integrante da Linha de Pesquisa Formação e Profissionalização Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Faculdade de Educação (FE) da Universidade Federal de Goiás (UFG).

O tema profissionalidade e profissionalização docentes tem sido amplamente debatido em nossa sociedade por diferentes instituições vinculadas ou não ao campo educacional. Há, assim, reflexões teóricas, técnicas e outras pertencentes ao cotidiano, baseadas no senso comum.

Neste estudo, optou-se por conhecer algumas das ideias acerca dessa temática que vêm sendo propagadas na sociedade, buscando compreender os significados estabelecidos nos discursos oficiais acadêmicos e o veiculado pela revista *Veja*, de ampla circulação em todo o País. As revistas analisadas serão aquelas publicadas no período de quatro anos, 2007 a 2010.

Para estabelecer este recorte, considerou-se que, nesse período, foram intensos os debates e as discussões a respeito da educação básica e superior em face da elaboração do novo Plano Nacional de Educação (PNE) para ser implantado a partir de 2011. Esse processo repercutiu em diferentes âmbitos da sociedade, suscitando o interesse dos mais variados agentes e instituições sociais (públicas e privadas), que se utilizam de jornais e revistas como instrumento de divulgação de suas ideias.

Profissionalização e Profissionalidade dos Professores

Desde a década de noventa do século passado, as discussões acerca da profissão docente adquiriram grande relevância na sociedade como um todo e também nos meios acadêmicos.

Neste período, iniciaram-se intensas discussões, tanto nacionais quanto internacionais, sobre o papel da universidade, da escola e dos professores na formação dos docentes para atuarem no contexto atual. A pauta “educação” foi (e ainda é) tema obrigatório na agenda de políticos, empresários, pais, professores e intelectuais cada qual manifestando seu ponto de vista sobre o assunto. No entanto, as diferentes e recorrentes abordagens sobre a melhoria da formação e das condições do trabalho docente bem como da qualidade do ensino nas escolas expõe, muitas vezes, um significado bastante demagógico (NÓVOA, 1999) posto que a situação real da maioria dos cursos de formação, das escolas e dos professores continua muito precária.

Dentre os diversos aspectos da profissão abordados nesses debates, há os que se referem à profissionalização e à profissionalidade docentes.

A profissionalização caracteriza-se pelo movimento que busca a valorização social da profissão dos professores. De acordo com Guimarães (2006, p. 132), este termo “refere-se à constituição do estatuto profissional do professor”. Sendo que “estatuto” reporta-se “à *condição* de um segmento profissional na sociedade” (Ibid. p. 132). Isto significa que, ao falarmos em estatuto profissional do professor, precisamos considerar os limites da formação inicial e a continuada, as condições de trabalho deste (material, humano e financeiro), jornada de trabalho, remuneração adequada e vinculação a sindicatos e associações.

Contreras (2002, p. 58-59) argumenta que a profissionalização é uma condição importante para que os professores sejam tratados como profissionais. Enfatiza, entretanto, que há uma armadilha nesta concepção: é preciso saber “se o que as profissões representam socialmente é uma aspiração desejável para o ensino”.

O termo profissionalidade é outro aspecto da profissão do professor. De maneira geral, implica a utilização responsável, competente e ética dos requisitos necessários à atuação do professor: domínio dos conteúdos e da metodologia de ensino, participação na construção do Projeto Político-Pedagógico da escola, planejamento das aulas, “manejo” da sala de aula e outros.

A profissionalidade é um conceito em construção e deve ser analisado com base no contexto sócio-histórico ao qual se remete. Sacristán (1995, p. 65) a define como sendo “[...] a afirmação do que é específico na acção docente, isto é, o

conjunto de comportamentos, conhecimentos, destrezas, atitudes e valores que constituem a especificidade de ser professor”.

Outros autores, como Ambrosetti; Almeida (2009), ampliam a noção deste termo ao incorporar os aspectos políticos da prática do professor. Isto significa reconhecer que a atuação docente acarreta desdobramentos que se estendem além da sala de aula e da relação professor-aluno. A profissionalidade envolve as relações de poder inerentes à ação do professor. E, nessa perspectiva, abrange questões ideológicas, culturais, históricas, econômicas e sociais.

Atualmente, no que tange aos aspectos legais, parece haver instrumentos que colaboram de alguma forma para a profissionalidade e a profissionalização docentes, haja vista a implantação do piso salarial nacional para os professores, a exigência de formação superior para lecionar na educação básica e as condições oferecidas para formação continuada, em serviço ou não.

Para muitos estudiosos da formação e profissionalização docente, alguns tomados como fonte de referência nesta investigação, as políticas educacionais brasileiras possuem um caráter muito mais econômico do que social e, portanto, apresentam muitas falhas. Como diz Brzezinski (2008b, p. 1152),

Coerente com os princípios do projeto excludente, o Estado regulador aplica à formação de professores da educação básica o modelo de competências e excelência (qualidade total), cujo objetivo primordial é o atendimento às necessidades de modernização da economia e do desenvolvimento medidos pela produtividade. Esta, de acordo com Chauí (1999), é orientada por três critérios: Quanto se produz? Em quanto tempo produz? Qual o custo do que produz?

Uma política direcionada para a avaliação do desempenho reduz a educação e seu processo de ensino-aprendizagem a aspectos mensuráveis, atribuindo, assim, valor menor às questões referentes à formação humana (SANTOS, 2004). No entanto, a situação legal está posta. A questão é o que se faz com as condições que estão sendo oferecidas para a profissionalização e profissionalidade dos professores.

Para tentar esclarecer os rumos a que tem levado essa política, pretende-se realizar, neste trabalho, um cotejamento e análise dos discursos legais, acadêmicos e o da mídia impressa, especificamente da revista Veja. Vale lembrar que esta pesquisa encontra-se, atualmente, em processo inicial de desenvolvimento e por este motivo não há, ainda, dados e resultados que possam ser apresentados.

Neste início de trabalho, consultam-se os seguintes textos legais: Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) n. 9394/96; Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o Ensino Fundamental – Resolução CEB 2/98; Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2010; a Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006, que institui as Diretrizes Curriculares para o Curso de Graduação em Pedagogia, Licenciatura Plena.

Buscar-se-á na Revista Veja (2007-2010), conforme dito anteriormente, as ideias manifestas sobre a profissionalização e profissionalidade dos professores, especificamente do ensino fundamental.

Na obtenção de um suporte teórico que oriente a análise das leis consultadas assim como dos artigos e reportagens presentes na referida revista, recorrer-se-á aos estudos realizados por alguns autores acerca da profissão, profissionalização e profissionalidade docentes, políticas educacionais e da mídia. Dentre eles, citamos alguns: Brzezinski (2008a), Contreras (2002), Guimarães (2005), Hernandez (2006), Libâneo (1999 e 2004), Lüdke e Boing (2004), Nóvoa (1995), Sacristán (1995), Saviani (2007), Tardif (2000), Thompson (2008) e Zeickner (2008).

A primeira etapa da pesquisa consistirá na seleção das fontes teóricas a serem consultadas, priorizando-se o referencial empregado na disciplina “Formação de professores: pesquisas, políticas e perspectivas críticas”, ministrada no PPGE/UFG, extrapolando-se essas bases, se for necessário, empregando-se fontes nacionais e estrangeiras.

Em um segundo momento, será feito um cotejamento das informações veiculadas nos artigos publicados pela Revista Veja no período de 2007-2010, confrontando com as contribuições dos estudiosos do assunto e com a legislação que trata da profissão docente, buscando identificar e analisar os consensos e dissensos.

Pretende-se, com isso, compreender a profissionalidade e a profissionalização docentes em seu contexto histórico, cultural, social e econômico, para que se possa verificar parte de seu processo de desenvolvimento, com suas convergências/divergências, avanços/retrocessos e contradições próprias do meio em que elas se desenvolvem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Senado Federal. Senadora Fátima Cleide. Brasília – DF, s/d.

BRASIL. MEC. Resolução CEB Nº 2, de 7 de abril de 1998. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb02_98.pdf Acessado em 29/05/2011.

_____. Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf Acessado em: 15/04/2011.

BRZEZINSKI, Iria (Org.), *LDB dez anos depois: reinterpretação sob diversos olhares*. São Paulo, Cortez, 2008a.

_____. Políticas contemporâneas de formação de professores para os anos iniciais do ensino fundamental. In.: *Educação & Sociedade*. Campinas: vol. 29, n. 105, set./dez. 2008b.

Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

CONTRERAS, José. *A autonomia de professores*. Trad.: Sandra Trabuco Valenzuela. São Paulo: Cortez: 2002.

GUIMARÃES, Valter S. *Formação de professores: saberes, identidade e profissão*. São Paulo: Papirus, 2005.

_____. *Formar para o mercado ou para a autonomia? O papel da Universidade*. São Paulo: Papirus, 2006.

HERNANDES, Nilton. *A mídia e seus truques: o que jornal, revista, TV, rádio e internet fazem para captar e manter a atenção do público*. São Paulo: Contexto, 2006.

LIBÂNEO, José C. *Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos*. São Paulo: Loyola, 1999.

LÜDKE, Menga; BOING, Luiz Alberto. Caminhos da profissão e da profissionalidade docentes. In: *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 25, n. 89, set./dez. 2004.

NÓVOA, António. O passado e o presente dos professores. In: *Profissão professor*. NÓVOA, António (Org.). Porto: Porto Editora, 1995.

SACRISTÁN, J. Gimeno. Consciência e acção sobre a prática como libertação profissional dos professores. In.: NÓVOA, António (org). *Profissão professor*. Porto: Porto Editora, 1995.

SANTOS, Lucíola Licínio De C. P. Formação de professores na cultura do desempenho. In.: *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1145-1157, Set./Dez. 2004. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acessado em 01/06/2011.

_____. O plano de desenvolvimento da educação: análise do projeto do MEC. *Educação e Sociedade*. Campinas, vol. 28, nº 100 (Especial), out. 2007.

TARDIF, Maurice. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários. In.: *Revista Brasileira de Educação*, n. 13, jan/fev/mar/abr, 2000.

THOMPSON, John. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Trad.: Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis: Vozes, 2008.

ZEICHNER K. Uma análise crítica sobre a “reflexão” como conceito estruturante na formação docente. In.: *Educação e Sociedade*, v. 29, n. 103, maio-agosto/2008.